

SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Jakeline da Conceição Oliveira Miranda¹

Simone Santos da Silva²

Welson de Souza Cardoso³

Resumo: Este artigo objetiva apresentar reflexões críticas acerca das transformações no mundo do trabalho, traçando uma linha sócio-histórica que expõe os rebatimentos desse processo na formulação de políticas sociais no Brasil e na região Amazônica, bem como busca-se analisar os desafios postos aos profissionais de Serviço Social nesta particularidade. Para a construção teórica deste artigo se utilizou da técnica de pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, imbuídas de análise qualitativa na perspectiva crítica materialista histórico-dialética.

Palavras-chave: Serviço Social; Neoliberalismo; Trabalho; Política Social; Amazônia.

Abstract: This article aims to present critical reflections on the transformations in the world of work, tracing a socio-historical line that exposes the consequences of this process in the formulation of social policies in Brazil and the Amazon region, as well as seeking to analyze the challenges posed to service professionals. Social in this particularity. For the theoretical construction of this article, bibliographical research techniques and documentary research were used, imbued with qualitative analysis from a critical historical-dialectical materialist perspective.

Keywords: Social Service; Neoliberalism; Work; Social Policy; Amazon.

¹ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, jakeline.miranda@icsa.ufpa.br

² Mestra em Serviço Social, Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, simonesilva@ufpa.br

³ Estatístico, Doutor em Ciências Socioambientais, Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal Do Pará (UFPA), e-mail: cardoso@ufpa.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar reflexões críticas acerca das transformações no mundo do trabalho, traçando uma linha sócio-histórica que expõe os rebatimentos desse processo na formulação de políticas sociais no Brasil e particularmente na região Amazônica.

Busca-se ainda, refletir sobre os desafios postos aos profissionais de Serviço Social dentro do contexto neoliberal, para tanto, considera-se a necessidade de se desenvolver uma reflexão acerca do papel do Estado no contexto amazônico, ressaltando a necessidade de definição e implementação de políticas públicas, de acordo com as problemáticas identificadas nesta região.

Para a construção dessas análises, utilizaremos como método de pesquisa o Materialismo Histórico e Dialético, pois o caminho que este método aponta é imprescindível para a análise dos complexos que constituem uma totalidade. Segundo Ianni (2011, p. 399) “Todo o pensamento de Marx está posto na perspectiva crítica, isto é, crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso”.

Nesse sentido, compreendemos que a realidade social por ser complexa e cheia de interpretações, necessita de uma profunda reflexão e investigação, para que possamos chegar à verdadeira natureza do objeto, ou seja a sua essência, sua universalidade, sua totalidade e assim possamos explicar o real.

No intuito de alcançar os objetivos propostos neste artigo, foram realizadas pesquisa bibliográfica embasada na literatura acerca do tema abordado, a partir de livros, artigos, monografias, dissertações e teses, imbuídas de análise qualitativa para interpretação crítica dos fenômenos ocorridos em torno do objeto pesquisado.

2. O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E OS DESAFIOS IMPOSTOS À PROFISSÃO

Sendo o Serviço Social uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, o (a) profissional assistente social é demandado a atuar nas diversas expressões da “questão social”, como desemprego, violência, fome, saúde, falta de moradia, falta de acesso à educação, etc, que são as manifestações da contradição entre as classes sociais: burguesia e proletariado.

A intervenção profissional ocorre principalmente por meio das políticas sociais. Nesse contexto, Iamamoto (2019) explica que o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes

sociais, uma vez que participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, de respostas institucionais às necessidades da classe trabalhadora.

Porém, compreendemos que, considerando o fato de a categoria possuir um projeto profissional “Projeto Ético Político do Serviço Social” voltado para a defesa intransigente dos interesses das classes subalternas e como pontua Maior et al (2018) comprometido com a sustentabilidade, universalização e ampliação dos direitos sociais, isso permite ao profissional estabelecer estratégias de ação visando reforçar o atendimento dos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Iamamoto (2019, p. 450-451):

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, no lastro das lutas sociais contra a ditadura (1964-85) e pela defesa do Estado de direito, fez um radical giro na sua dimensão ética e política. Sua base normativa é formada pela Lei da Regulamentação da Profissão (1993), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação (1996) e pelo Código de Ética do Assistente Social (1993), pilares do projeto profissional brasileiro. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas, organizações e movimentos sociais. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais, conflitos, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores.

No entanto, é importante ressaltar que nem sempre o serviço social brasileiro foi pautado por uma postura crítica e de defesa dos interesses sociais. Na origem da profissão havia influência muito forte do pensamento ideológico social da Igreja, marcando a profissão com práticas extremamente conservadoras, fundamentalistas e moralistas. Essas práticas advinham do modelo norte americano de profissionalização, o que Iamamoto (2019, p. 453) pontuou como Serviço Social de casos, Serviço Social de grupo e desenvolvimento de comunidade. Um modelo de profissionalização supostamente neutro e apolítico.

A história nos mostra que para o serviço social brasileiro estar atualmente balizado hegemonicamente pelo pensamento crítico e de defesa da classe trabalhadora, houve um longo processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro que se inicia na década de 1960 e ganha força nas décadas de 1970 e 1980, marca os novos rumos da categoria que se reconhecendo enquanto classe trabalhadora engaja-se nos movimentos e lutas sociais da época. Esse processo de inserção nas lutas populares contribuiu na

renovação da profissão e constituiu o distanciamento dos princípios característicos de sua gênese. (Maior et al, 2018, p. 133)

De acordo com Iamamoto (2019, p. 442) As forças acadêmico-profissionais acumuladas pelo Serviço Social latino-americano e assistentes brasileiros são decisivas nessa “virada” do Serviço Social. Prates (2019, p. 05) reitera esse processo ao dizer que:

O Serviço Social brasileiro constituiu o Movimento de Intenção de Ruptura, em plena ditadura para opor-se ao Serviço Social conservador e, nos anos 1990, durante o avanço mais agudo do neoliberalismo, crescemos como profissão e avançamos na materialização de nosso Projeto Ético Político (PEP), que nos dá uma direção social coletiva sólida [...]

A partir desse processo, o serviço social sustenta seu compromisso na defesa de direitos e políticas sociais, mesmo dentro de uma sociedade burguesa, onde os maiores desafios para a profissão situam-se no terreno denso da luta de classes, na relação capital-trabalho que resulta na agudização das expressões da “questão social”.

Segundo Iamamoto (2019), sinalizando a intervenção profissional, observa-se que a inclusão da política social no debate da profissão permitiu situar mais concretamente os seus objetivos na sociedade capitalista, onde o serviço social é apreendido como uma especialização do trabalho e inscreve-se no conjunto de práticas sociais mediadas entre capital e trabalho frente às consequências da ‘questão social’, com bases na teoria social crítica.

Segundo Portela et al (2020), a profissão trouxe para si o compromisso de elaborar um pensamento social engajado com a reflexão crítica em que a classe trabalhadora passou a ser o lugar da intervenção, superando a prática exclusiva governamental. É válido ressaltar que, durante os anos de 1980, o serviço social aproximou-se dos movimentos sociais como espaço de atuação, conjuntura tal marcada pela imersão dos movimentos sociais na luta por melhores condições de vida.

Segundo Iamamoto (2019), este cenário convoca a classe trabalhadora a acumular forças políticas e forjar a resistência na defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social, no horizonte de cada um e de todos os indivíduos sociais. Sabe-se a ideologia dominante amplia as formas de criminalização das classes subalternas, especialmente de jovens, trabalhadores negros e dos movimentos e

expressões coletivas. Nos ataques a classe trabalhadora, mulheres e jovens negros são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de cor, raça, sexualidades e territórios.

Mediante o exposto, o objetivo maior da profissão, a partir da organização política, deve ser a destruição de todas as formas de exploração e dominação. Como trabalhadores, os (as) assistentes sociais, assumindo seu protagonismo de classe, são solicitados a participar e aliar-se às lutas sociais mais amplas que expressem a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011).

3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Em primeiro lugar, para se expor criticamente tal questão, se faz necessário compreender a história a partir do movimento das classes sociais, dinâmica em que se gere as expressões da “questão social”, tendo como centralidade o trabalho na sua relação com o homem e o capital. Nesta arena de conflitos, criam-se mecanismos de controle e consenso na relação entre classe trabalhadora e Estado, este que por sua vez, de acordo com (Iamamoto, 2019) através dos governos, tende a favorecer o grande capital, que em um conjunto de forças redimensiona as políticas públicas e o modo de conduzir a sociedade, sob a ótica neoliberal.

Nesse viés, Antunes (2018) situa como marco relevante a crise do padrão produtivo taylorista/fordista, que teve sua decadência nos anos 60-70 do século XX. Este processo se deu pelo esgotamento da acumulação, seguido da queda na taxa de lucro e a crise do welfare state. O Toyotismo, por sua vez, se concentrou no aspecto da cultura organizacional e de sua importância para a competitividade das empresas, seguindo o processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, marcado pela reorganização do sistema ideológico de dominação, tendo como raiz o aspecto neoliberal de orientação da realidade.

Ainda segundo Antunes (2018), sinaliza-se que as consequências no mundo do trabalho se tornam cada vez mais alarmantes, com medidas que visam a diminuição dos gastos com a força de trabalho, precarização do trabalho como regra, desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, a terceirização da força de trabalho e a fragmentação do sindicalismo, este que a priori se constitui como força

potencial da classe trabalhadora contra as investidas do capital, porém, com as novas configurações, se objetiva torná-lo cada vez mais negocial e menos conflitivo.

No cenário sociopolítico brasileiro, o período de redemocratização, conduzido pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), em 1988, contribuiu para a introdução de legislações referentes aos direitos sociais e trabalhistas mais satisfatórias, condizente aos direitos humanos dados pelas diretrizes internacionais.

Nessa conjuntura a pauta por políticas sociais ganhou visibilidade e foi resultado da luta dos movimentos sociais que reivindicavam por políticas sociais universais. Esse processo contou com a participação popular de diversos setores da sociedade, principalmente por trabalhadores de partidos de centro-esquerda, sindicatos e movimentos sociais. (Castilho; Lemos; Gomes, 2017).

Foi somente com a CRFB que houve o reconhecimento da proteção social por meio da política pública de Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social). Dessa forma, Castilho; Lemos e Gomes (2017, p. 449) ressaltam ainda, que:

Pela primeira vez o país promulga a Carta Constitucional, em 1988, com princípios universalistas, estabelecendo uma ruptura com a concepção minimalista de cidadania imposta até então pelos governos populistas e antidemocráticos. A referida Carta estabelece o trabalho como um direito inalienável que deve ser garantido pelo Estado, assim como as demais políticas sociais.

Porém, todo esse avanço foi interrompido pelo processo de reforma do Estado Brasileiro que iniciou na década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que instituiu “reformas” baseadas no ideário neoliberal. Segundo Behring (2008, p. 177) a crise do Estado assumiu a forma de crise fiscal, de esgotamento do modelo estatizante de intervenção na economia – do qual são expressões o *Welfare State*, o estatismo comunista e o desenvolvimentismo, e por fim a administração pública burocrática.

Segundo o documento do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) houve dois tipos de reação a essa crise no Brasil. A primeira caracterizou-se pela negação da crise e a segunda resposta foi de caráter neoliberal que pregava a ideologia do Estado mínimo. O governo então, se opondo a esses dois tipos de reações à crise, por considerá-las inadequadas e irrealistas, defendeu a sua opção pela reforma do aparelho do Estado, pois acreditava que somente assim, poderia resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas.

Assim, a reforma foi institucionalizada com o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e aprovado em 1995 pela Câmara da Reforma do Estado. Segundo o governo FHC o objetivo da reforma era transformar a Administração Pública num modelo de administração gerencial e nessa direção o governo defendia e propunha uma reforma do papel do Estado com medidas completamente voltadas para o mercado.

Neste campo, o Estado restringe-se deixando de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, para se tornar mínimo e regulador, transferindo para o setor privado determinadas responsabilidades que antes eram suas. Seguindo o jogo contraditório e desigual, orientado pela lógica neoliberal, pode se pontuar o contingenciamento dos recursos nas áreas sociais de caráter universal, como a educação, cortes de bolsas nas universidades, privatização de serviços e com as reformas, principalmente a reforma previdenciária que afeta em largas escalas da vida social os trabalhadores brasileiros.

Diante das propostas do Plano Diretor da Reforma do Estado, Behring (2008) afirma que o Brasil, na verdade, passou por um processo de “contrarreforma” do Estado, uma vez que se buscava implementar diversas medidas reformistas orientadas para o mercado, ocasionando com isso, um profundo retrocesso social.

Os governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff legitimaram a política econômica neoliberal de FHC, uma vez que mantiveram intactas sua política de ajuste fiscal e de juros altos e como forma de compensação por não fazer as reformas necessárias à distribuição da riqueza socialmente produzida, possibilitou o acesso de uma parcela significativa da classe trabalhadora aos programas sociais, em especial os de transferência de renda (Iamamoto apud Castilho; Lemos e Gomes, 2017).

Ainda segundo Castilho; Lemos e Gomes (2017) Tais programas sociais, efetivaram-se em ações assistencialistas, fragmentadas e focalizadas, a partir de uma perspectiva de “políticas pobres para pobres”. Nesses governos foram implementadas políticas compensatórias e contrarreformas em políticas sociais, como foi o caso da Reforma da Previdência que afetou diretamente o sistema de Seguridade Social.

Ressalta-se que apesar das críticas apontadas pelas autoras acima, salientamos que foi neste governo que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada e institucionalizada, sendo efetivada como política pública de Estado. Assim, Nascimento; Cruz e Pontes (2019, p. 02) expõem que:

A valorização da Política de Assistência Social expressa por sua centralização e expansão no contexto da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social) resultou na institucionalização do Sistema único de Assistência Social (SUAS), que em 2005, unificou e ampliou os programas de transferência de renda e implementou outros para o enfrentamento à extrema pobreza, os quais ganharam ampla repercussão nacional e internacional.

Infelizmente nos governos posteriores de Michel Temer e Jair Bolsonaro, vimos o desmonte do Estado brasileiro com a imposição de uma agenda neoliberal de cunho radical que em curto espaço de tempo alterou substancialmente as conquistas sociais obtidas na CRFB e que passaram a ser vistas por esses governos como privilégios.

Nesse contexto, se levanta o olhar crítico a acerca do que ocorre na Amazônia brasileira em sua dinâmica particular, na qual se engendra a “questão social” na região. Dessa forma, entende-se que existem diversas maneiras de viver que entrepassam seus afluentes. Segundo Fialho (2012), a chamada “questão social”, deve ser apreendida não de modo universalizante, pois estas se revelam complexas no estágio atual do capitalismo monopolista, nesse viés se coloca o estudo da realidade amazônica como um campo multifatorial a ser analisado.

Ademais, além das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que produz e reproduz a desigualdade social, na particularidade amazônica, se destacam, uma ampla realidade de violência dos conflitos pela posse da terra e extermínio de lideranças e povos tradicionais, tal ofensiva capitalista produz um adensamento populacional dos centros urbanos, ocasionando um alto grau de precarização das condições de vida, além de produzir a deterioração da biodiversidade e das riquezas naturais particulares da Amazônia (Nascimento, 2012).

Conforme Gonçalves e Quental (2012), é necessário compreender, que a inserção subordinada da Amazônia ao mercado mundial condicionou, desde o período Colonial, os processos de intervenção sobre a região, buscando efetivar controle e domínio sobre o espaço e a expansão das ideias e instituições ocidentais. Ainda segundo os autores, o extermínio de populações inteiras e a exploração das riquezas naturais, são os fundamentos nos quais o sistema capitalista se ergue.

É válido ressaltar a questão territorial a crítica da política social, projetando-se a pensar a realidade como lugar em que a vida se reproduz pela espoliação e violência das relações sociais, mas também pela criação e resistência cultural daqueles que vivenciam situações de opressão e exploração, em uma tentativa de reverter

orientações impostas por parte do capital, que além de desconsiderar as condições precárias de infraestruturas sociais para sua classe, ignoram o cotidiano dos destinatários da política de assistência social. (Koga apud Nascimento; Cruz e Pontes, 2019).

Ainda segundo Nascimento; Cruz e Pontes (2019, p. 5) “Na Amazônia, o território, no interior das discussões sobre a materialização do SUAS, tem sido identificado como *fator amazônico*”. A pesquisa dos referidos autores identificou que a concepção de território elucidada na PNAS não se materializa no cotidiano institucional. Infelizmente, apesar do reconhecimento em documento das particularidades da região amazônica, na prática profissional os (as) assistentes sociais encontram diversas barreiras e dificuldades para executar a política de assistência social nesta região, principalmente por não haver o co-financiamento dos serviços socioassistenciais que deveria considerar os fatores de ordem geográfica e cultural que elevam o custo dos serviços na região Amazônica.

Nesse processo, ressalta-se a ação do Estado dentro do contexto ultraneoliberal, onde as políticas sociais se tornam cada vez mais seletivas e fragmentadas, acirrando cada vez mais as lutas e resistências na Amazônia. Dessa forma, conforme Nascimento (2012, p. 185):

Tem-se como elemento imutável, em meio a essa complexidade, a ação do Estado no sentido de induzir a emergência desses conflitos devido à estrutura mesma da sociedade capitalista, na qual a terra, como meio de produção, encontra-se nas mãos do capital.

As políticas se constituem como mecanismos utilizados pelo Estado para mascarar a natureza contraditória própria do modo de produção capitalista e de institucionalizar as elites dominantes, estabelecendo a disputa entre público e privado, características fortes da formação econômica social no Brasil.

Tais processos seguem gerando toda sorte de conflitos, onde a luz da teoria crítica tem se buscado a mediação de tais conflitos e a compreensão da “questão social” expressa na particularidade Amazônica. Dessa forma, enquanto trabalhadores, os assistentes sociais, estão postos diante de realidades contraditórias impostas pelo capitalismo, pelo avanço do neoliberalismo e das sucessivas contrarreformas, expressas na progressiva perda de direitos em todos os âmbitos da vida humana da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de refletir sobre os desafios postos aos Assistentes Sociais para a implementação das políticas sociais na Região Amazônica em meio ao contexto neoliberal, o presente artigo apresentou um apanhado histórico do serviço social brasileiro e uma reflexão sobre os desafios impostos à profissão. Em seguida teceu, de forma breve, reflexões críticas acerca das transformações no mundo do trabalho e os rebatimentos desse processo na formulação de políticas sociais no Brasil e na região Amazônica.

Ao analisar esse processo salientamos que inicialmente a profissão de Serviço Social atuava de maneira clientelista e caritativa influenciada pelo pensamento ideológico da Igreja. Entretanto, após um longo processo de renovação da profissão, a categoria profissional se reconheceu como classe trabalhadora e passou a atuar na defesa dos direitos sociais da classe subalterna, atuando a partir de um Projeto Ético Político Profissional.

Segundo Nascimento; Cruz e Pontes (2019) o capital reestruturou seu plano de dominação, buscando firmar seu projeto de hegemonia, que além de envolver questões veementemente econômicas, se entrelaça também por questões políticas, de poder e domínio, não só no campo material, como também no campo subjetivo da formação de uma sociedade, visto que, este tipo de sistema não passa ileso a conflitos, pois em suas diversas épocas seguiu sendo confrontado pelas forças do trabalho em lutas sociais.

Todo esse processo teve rebatimentos na implementação das políticas sociais no Brasil e na região Amazônica, dada suas particularidades geográficas e culturais que como se pode identificar, na prática não são levadas em consideração. Nota-se que essas dificuldades são desafios impostos ao assistente sociais, que apesar da conjuntura desfavorável com o avanço crescente da ofensiva capitalista e seus impactos nas políticas sociais.

É nessa direção que segundo Prates (2019) como profissionais precisamos estimular formas de fortalecer a nossa consciência de classe, considerando que antes de sermos uma categoria profissional, somos uma classe trabalhadora; e assim devemos retomar a nossa vinculação histórica com as bases organizativas e populares, nos conselhos, nas redes, nas comunidades, nos sindicatos, nos partidos e nos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A precarização do trabalho como regra**. In: O privilégio da servidão: O novo proletário de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de Direitos**. 2ª Ed. São Paulo. Cortez. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. In: _____. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. 9. ed. revista e atualizada. Brasília: CFESS, 2011.

NASCIMENTO, N. S. F. A. **A Questão Agrária, Urbana e Ambiental Na Amazônia Brasileira: Notas Para o Debate**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012.

GOMES, V. L. B.; CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. **Crise do capital e Desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social**. SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, v. 01, p. 447-466, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8h4LWxL5tPkvnNpDX7XHY6F/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 ago. 2024.

GOMES, V. L. B.; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; CASTILHO, D. R. **Precarização do Trabalho Profissional da/o assistente social sa Amazônia Brasileira: Particularidades do estado do Pará**. O Social em Questão (ONLINE), v. 01, Núm. 49, p. 331-354-354, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552265046033/552265046033.pdf> Acesso em: 15 ago. 2024.

GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. de A. **A colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Revista Latino Americana, Pollis [online], v. 31, p. 1-33, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/3749?lang=pt#authors> Acesso em: 08 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0439.pdf> Acesso em: 05 ago. 2024.

IANNI, Octávio. **A Construção da Categoria**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917> Acesso em: 06 set. 2024.

MAIOR, Nivea Maria S. S.; CLEMENTINO, Milca O.; COSTA, Rosiane Oliveira da; LEAL, Sara D. C. **Direitos humanos e Serviço Social: demandas e desafios contemporâneos**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 127-138, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/21159> Acesso em: 05 ago. 2024.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; PONTES, Reinaldo Nobre. **Desigualdade e diversidade: o fator amazônico no contexto da Política de Assistência Social no Pará.** TEXTOS & CONTEXTOS (PORTO ALEGRE), v. 18, p. 32011, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/32011> Acesso em: 05 ago. 2024.

PORTELA, Roselene de S.; CRUZ, Sandra Helena R.; SILVA, Milcilene M. da; DAVID, Lidiane Maria S. **ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS INSURGENTES EM DEBATE.** In: Temporalis, ano 20, n. 39, p. 191-208, jan./jun. Brasília: 2020. Versão online: ISSN: 2238-1856. disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27408/20867> Acesso em: 05 ago. 2024.

PRATES, Jane Cruz. **Trabalho profissional do/a Assistente Social: estratégias de resistência em tempos de regressão de direito.** TEXTOS & CONTEXTOS (PORTO ALEGRE), v. 18, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/34236/18810> Acesso em: 05 ago. 2024.